

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2017**

**1. Mensagem aos Acionistas**

A AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**2. Introdução**

A AgeRio é uma sociedade anônima de economia mista integrante da Administração Pública Indireta estadual, vinculada atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira conferida pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004.

Em 2017, a AgeRio manteve-se atuante no cumprimento do seu objeto social, com alocação de recursos próprios e de terceiros para atendimentos a demandas de apoio financeiro que visam à sustentação dos segmentos empresariais que contribuem para geração, recuperação e manutenção de emprego e renda, alinhada ao desenvolvimento sustentável da economia do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, sua atuação está focada em quatro áreas estratégicas de negócios: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Operações de Crédito com o Setor Privado, Investimentos em Participações e Operações de Crédito com o Setor Público.

Em relação a recursos de terceiros, durante o exercício de 2017, a AgeRio operou basicamente com a linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) por meio do Programa Inovacred. O objetivo é o de fomentar a inovação nas micro, pequenas e médias empresas, por meio do financiamento ao investimento fixo, à aquisição de máquinas e equipamentos e ao capital de giro associado.

A AgeRio opera com fundos garantidores dentre os quais destacam-se o Fundo Garantidor de Operações (FGO), o Fundo Garantidor de Investimento (FGI) e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE).

**3. Panorama Econômico**

A economia brasileira apresentou, no ano de 2017, alguns sinais de recuperação de atividade, confirmando a expectativa de gradual retomada do crescimento econômico para o ano. Entretanto, o crescimento verificado neste ano, reflexo em grande medida de uma safra agrícola recorde e de um ambiente econômico externo favorável, ainda não alcançou a performance verificada outrora, no que se refere ao nível de emprego e de produção.

O ano de 2017 foi marcado por turbulências políticas, o que engendrou uma série de dificuldades para a agenda de reformas do governo federal, que, apesar das condições adversas, conseguiu aprovar a reforma trabalhista e as novas regras para a formação da taxa de juros de longo prazo.

Apesar da aceleração verificada no último trimestre do ano, por conta da pressão advinda de preços de produtos agrícolas e do preço internacional do petróleo, a inflação foi uma variável macroeconômica com desempenho favorável em 2017. Como resultado deste contexto inflacionário de persistente favorabilidade, o Banco Central manteve a trajetória de redução dos juros nominais, que saíram de um patamar de 13,75%, em janeiro de 2017, para o de 7%, em dezembro de 2017, o que refletiu em reduções também na taxa real de juros.

Em um cenário ainda de baixo crescimento e de redução dos juros nominais, o mercado de crédito vem dando sinais de gradual recuperação. O saldo total de crédito apresentou contínua redução ao longo de 2017, reflexo do processo de desalavancagem das famílias. Entretanto, foi registrada recuperação no saldo de carteira com referência ao último trimestre de 2017, tanto na pessoa física quanto na pessoa jurídica.

No que diz respeito à economia fluminense, campo de atuação da AGÊNCIA, a confiança do empresariado fluminense apresentou melhoria, bem como os indicadores de produção industrial. Entretanto, ainda verifica-se um descolamento do desempenho da economia fluminense com respeito à economia brasileira no que se refere aos indicadores de emprego. Uma possível explicação para a dissonância entre ambos os desempenhos pode advir das condições deterioradas na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, reflexo da crise fiscal em que se encontra, bem como do crescimento nacional ter sido puxado pelas micro e pequenas empresas, segmentos que no Rio de Janeiro não obtiveram o mesmo volume de negócios. É válido destacar que, para além das questões relacionadas às rigidezes do gasto público, a situação fiscal deteriorada do Estado também é reflexo da queda, em termos reais, do nível de arrecadação do ICMS. Diante deste cenário, a AgeRio determina sua estratégia de atuação fornecendo soluções financeiras de apoio ao empresariado fluminense, reforçando assim seu papel no fomento ao desenvolvimento econômico sustentável do Estado, em sintonia com a sua missão.

**4. Desempenho**

**4.1. Desempenho Econômico-Financeiro**

O lucro líquido de 2017 foi de R\$ 12,5 milhões, 24% maior do que o apurado no exercício anterior, consubstanciado na geração de receitas originadas da carteira de crédito, tarifas de serviços, prestação de serviços aos fundos estaduais administrados, tesouraria, e também, na ação perseverante de racionalização de gastos da AGÊNCIA.

Dados Financeiros	31/12/2017	31/12/2016
Total de Ativos (R\$ Mil)	565.371	564.138
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	461.028	445.873
Resultado Operacional (R\$ Mil)	31.676	26.246
Lucro Líquido (R\$ Mil)	12.478	10.082
Inadimplência	1,22%	5,76%

**4.2. Desempenho Operacional**

**4.2.1. Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)**

No final de 2017, as normas e procedimentos referentes à atuação da AgeRio no segmento de Microcrédito Produtivo Orientado foram alteradas para prever a retomada do Programa em 2018, atendendo a microempreendedores com faturamento fiscal bruto anual de até duzentos mil reais, em financiamentos de atividades produtivas de pequeno porte localizadas no Estado do Rio de Janeiro, com recursos próprios da AGÊNCIA ou de terceiros.

**4.2.2. Operações com o Setor Privado**

**4.2.2.1. Operações de Crédito**

Em 2017, as operações de crédito contratadas com pessoa jurídica totalizaram

R\$ 15,5 milhões concedidos para pequenas, médias e grandes empresas. Nesse mesmo período foram liberados recursos na ordem de R\$ 34,4 milhões. Para 2018, em linha com sua estratégia mercadológica, a AgeRio priorizará operações de micro, pequenas e médias empresas, com o objetivo de ampliar sua presença nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, visando apresentar as melhores soluções financeiras para o empresariado fluminense de modo a atender a vocação de cada região do estado.

**4.2.2.2. Investimentos em Participações**

Em 31 de dezembro de 2017, a carteira de participações da AgeRio apresentava a seguinte composição: 5 fundos ativos, que correspondiam a 31 investimentos, sendo 21 em empresas e 10 em projetos (7 filmes e 3 salas de cinema); e participação acionária direta em 1 empresa. O capital integralizado pela AGÊNCIA na carteira de participações é de R\$ 20,72 milhões, nos setores de tecnologias limpas, saúde e ciências da vida, audiovisual, inovações em tecnologia da informação e biotecnologia.

No ano de 2017, foram integralizados R\$ 2,32 milhões em participações indiretas via fundos de investimento, os quais decorreram de compromissos assumidos – subscrição de cotas – em exercícios anteriores. Não foram contratadas novas participações em 2017.

**4.2.3. Operações com Setor Público**

Em 2017, foram liberados recursos da ordem de R\$ 3,12 milhões em operações com o setor público que representaram 13,62% da carteira de crédito da AgeRio.

Os investimentos beneficiam municípios das regiões Metropolitana, Médio Paraíba, Centro Sul Fluminense e Serrana, com ganho significativo para a população dos municípios atendidos considerando a promoção do desenvolvimento regional e a geração de emprego e renda.

**5. Carteira de Crédito – Própria e Administradas**

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de recursos geridos pela AgeRio foi da ordem de R\$ 1,908 bilhões, assim composta:

a) A carteira de crédito própria apresentou saldo de R\$ 161.156 mil, em 31 de dezembro de 2017, com redução de 0,77% em relação à posição de dezembro de 2016.

b) As carteiras administradas pela AgeRio apresentaram saldo de R\$ 1,747 bilhões em 31 de dezembro de 2017, sendo compostas pelos Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES), Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses (FREMFI) e Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado (FEMPO).

**6. Gestão**

**6.1. Governança**

A AgeRio estabelece, em seu Estatuto Social e em normativos internos, a sua Estrutura de Governança. No Estatuto Social estão definidos os Comitês de Crédito e Renegociação, Compras e Contratações, Ética, Investimentos e Gestão de Riscos, que possuem regimes de alçadas e regimentos internos aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. As decisões são tomadas de forma colegiada e transparente, visando garantir a conformidade dos processos. Além dos comitês estatutários, a AgeRio possui os Comitês de Atividades Jurídicas de Contencioso, Comunicação de Marketing e Tecnologia da Informação.

**6.2. Ética**

As atividades da AgeRio, em todas as ações de seus empregados e colaboradores, são pautadas pela ética. O Código de Ética da AGÊNCIA tem como objetivo reafirmar valores e padrões éticos nas ações praticadas pela instituição e seus colaboradores. Eventuais violações ao Código de Ética são apreciadas pelo Comitê de Ética, órgão autônomo de caráter deliberativo, constituído nos termos do Decreto Estadual nº 43.583, de 11 de maio de 2012.

**6.3. Gerenciamento de Risco e de Capital**

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e da auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário que responde pela Controladoria, Riscos e Controle Interno da instituição, com a devida autonomia e independência para a execução das atividades.

A gestão do gerenciamento de risco e de capital é representada na estrutura organizacional por 2 (duas) superintendências e 4 (quatro) gerências, e conta também com um comitê estatutário que atua especificamente nas matérias relacionadas aos riscos corporativos.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da AGÊNCIA compreende a existência de políticas, normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos, observadas a natureza e a complexidade das operações, atividades e processos, bem como o porte da instituição.

O gerenciamento de capital compreende o monitoramento e o controle do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, o planejamento da necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e o plano de metas, com o intuito de assegurar a suficiência de capital para suportar as suas operações e a otimização da relação risco/retorno.

O plano de capital da AGÊNCIA está alinhado ao planejamento estratégico e tem por objetivo avaliar a adequação do capital da AGÊNCIA, abrangendo o horizonte mínimo de 3 (três) anos, composto por metas e projeções de capital, principais fontes de capital da Instituição e previsão do plano de contingência de capital.

**6.4.1. Limites Operacionais**

A AgeRio cumpre as exigências de Limites Operacionais estabelecidas nas Resoluções do CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, conforme demonstrativo levantado na posição de 31/12/2017.

(Valores em R\$ Mil)	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência (PR)	452.592	438.776
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	408.057	394.241
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	611.780	573.658
- RWACPAD	489.125	476.661
- RWAOPAD	122.655	94.585
- RWAMPAD	-	2.413
RBAN	627	627
Limite para Imobilização (LI)	204.029	197.121
Índice de Basileia (IB)	66,70%	68,72%

**6.5. Controles Internos e Compliance**

O Sistema de Controles Internos da AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, deste modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com regulamentos externos. A eficácia do sistema é mensurada por meio de indicadores de efetividade, que são reportados, semestralmente, à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração e às estruturas da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, por meio do relatório de controles internos.

As atribuições e competências das unidades que compõem a estrutura organizacional da AgeRio estão definidas em normativo interno, permitindo a identificação e a segregação das funções.

As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração da AGÊNCIA. A AgeRio possui uma Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo aprovada pelo Conselho de Administração, que define o conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam sua atuação no sentido de evitar que esta seja utilizada como instrumento de lavagem de dinheiro ou de financiamento ao terrorismo. A AgeRio capacita e certifica periodicamente seu corpo técnico em ações de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, bem como controles internos e conformidade.

O processo decisório é realizado com base em regimes de alçadas e competências, permitindo, desta forma, o desenvolvimento e o empoderamento responsável do corpo funcional, maior transparência e agilidade à tomada de decisões e promoção da cultura de controle na AGÊNCIA. As alçadas decisórias de negócios, renegociação, compras, contratações, entre outras, são aprovadas pelo Conselho de Administração.

A AgeRio dispõe de um canal de denúncias que possibilita aos empregados, clientes e fornecedores o envio de comunicações de irregularidades ou inconformidades, a partir do site da AGÊNCIA, com a preservação do sigilo da identidade do comunicante.

A empresa possui uma estrutura normativa específica que prevê mecanismos disciplinares nos casos de desvios de conduta e violação de preceitos éticos estabelecidos no Código de Ética.

Por fim, a eficácia do sistema de controles internos da AGÊNCIA é mensurada por meio de indicadores, que são reportados periodicamente à Alta Administração, o que demonstra o patrocínio dos Administradores ao alinhamento da AGÊNCIA às melhores práticas de conformidade e governança adotadas pelo mercado.

**6.5. Recursos Humanos**

A AgeRio investe continuamente na qualificação do seu quadro funcional, realizando ações de treinamento e desenvolvimento voltadas para as competências necessárias ao negócio e à excelência na prestação de serviços. Até 31 de dezembro de 2017, gestores e empregados da AGÊNCIA foram submetidos às certificações em análise e aprovação de crédito da FEBRABAN e da ANBIMA – Série 10, obtendo, respectivamente, 91% e 95% de aprovação. Todas as iniciativas de treinamento e desenvolvimento fazem parte da estratégia de Gestão de Pessoas da AgeRio, que está alinhada às diretrizes da Política de Gestão, Relacionamento, Reconhecimento e Valorização de Pessoas, visando garantir que a AGÊNCIA seja capaz de desenvolver em seu corpo funcional todas as competências necessárias ao atingimento das metas estratégicas.

O índice de *turnover* espontâneo – percentual de empregados desligados a pedido – em 2017 foi de 3,3%, o menor valor desde o início da série histórica, em 2012, o que demonstra a eficácia das políticas de manutenção de talentos.

**6.6. Comunicação Social**

As atividades realizadas pela comunicação social da AgeRio contemplam as ações de endomarketing, assessoria de imprensa, publicidade e propaganda, incluindo inserção nos principais veículos de comunicação e redes sociais (Facebook, Twitter, LinkedIn e YouTube) e de produção de material promocional como ferramenta componente da estratégia mercadológica da empresa.

**6.7. Tecnologia da Informação**

Em 2017, a AgeRio investiu na modernização e reestruturação de sua área de Infraestrutura de Tecnologia da Informação. Neste sentido, houve avanços na área que possibilitaram o aumento da segurança e eficiência da estrutura de tecnologia da AgeRio, buscando adequando-a às melhores práticas de mercado, além de garantir o suporte necessário à continuidade e ao crescimento projetado de seus negócios.

**7. Responsabilidade Socioambiental**

A responsabilidade socioambiental é um dos valores institucionais da AgeRio e reflete-se em todas as ações, negócios, gestão e relacionamentos da AGÊNCIA. Representa um compromisso permanente da instituição por meio da adoção de postura e de ações de mercado éticas e responsáveis, que considerem os impactos sociais e ambientais em suas decisões e que contribuam para o desenvolvimento econômico sustentável, integrando as dimensões social e ambiental à econômica.

Em relação a apoio financeiro, a AgeRio incentiva a execução de projetos que apresentem impactos ambientais positivos por meio de linhas de financiamento com condições especiais para projetos ecoeficientes.

No âmbito interno, as relações de trabalho são pautadas pela ética e transparência, incentivo à gestão participativa e à meritocracia, bem como pelo respeito à diversidade. A AgeRio reconhece e valoriza as mulheres e oferece licenças-maternidade e paternidade estendidas, conforme o Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2017, 39% do quadro de empregados e 49% das funções de gestão eram ocupadas por mulheres, sendo que elas representam 60% da diretoria executiva.

No âmbito do Programa de Eliminação de Desperdícios – PROED, que já se encontra em seu quinto ano, a AgeRio mantém uma política de aproveitamento de recursos, evitando desperdícios e promovendo a conscientização dos funcionários para a importância do desenvolvimento sustentável e para a responsabilidade socioambiental.

A Administração

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - R\$ MIL**

ATIVO CIRCULANTE	2017		2016		PASSIVO	2017		2016	
	NE					NE			
<b>Disponibilidades</b>		<b>43</b>		<b>5</b>	<b>Circulante</b>		<b>52.129</b>		<b>53.263</b>
Caixa		1		2	<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>11</b>			<b>23.612</b>
Bancos		42		3	BNDDES		10.840		10.202
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5</b>	<b>270.462</b>		<b>289.853</b>	Finame		5.184		6.440
Cotas de Fundos de Investimentos		270.462		289.853	FINEP		7.795		6.970
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>36.355</b>		<b>42.248</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>28.310</b>		<b>29.651</b>
Operações de Crédito		43.544		48.890	Cobrança e Arrecadação de Tributos		326		-
- Setor Privado		38.793		44.975	Sociais e Estatutárias	<b>12.a</b>	10.000		9.000
- Setor Público		4.751		3.914	Fiscais e Previdenciárias	<b>12.b</b>	4.777		8.703
( Provisão para Operações de Crédito)		(7.189)		(6.642)	Diversas	<b>12.c</b>	13.207		11.948
<b>Outros Créditos</b>	<b>7</b>	<b>9.863</b>		<b>1.843</b>	<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>52.218</b>		<b>65.002</b>
Diversos		9.863		1.843	<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>11</b>	<b>52.218</b>		<b>65.002</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>23.077</b>		<b>29.664</b>	BNDDES		21.312		42.243
Bens não de Uso Próprio	<b>8</b>	28.734		29.517	Finame		5.683		-
Impairment de Bens não de Uso	<b>8</b>	(5.710)		-	FINEP		25.223		22.759
Despesas Antecipadas		53		147	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>13</b>	<b>461.027</b>		<b>445.873</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>209.597</b>		<b>182.715</b>	<b>Capital Social</b>		453.102		439.063
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5</b>	<b>113.621</b>		<b>94.903</b>	Capital Social		453.102		439.063
LFT		88.216		80.376	<b>Reservas de Lucros</b>		<b>7.925</b>		<b>6.810</b>
Cotas de Fundo em Empresas		-		10.445	<b>Total</b>		<b>565.374</b>		<b>564.138</b>
Cotas de Fundos em Participação		25.405		4.082					
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>93.976</b>		<b>85.813</b>					
Operações de Crédito		117.612		113.521					
- Setor Privado		100.421		96.440					
- Setor Público		17.191		17.081					
( Provisão para Operações de Crédito)		(23.636)		(27.709)					
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>2.000</b>		<b>2.000</b>					
Participações Societárias		2.000		2.000					
<b>Permanente</b>		<b>15.977</b>		<b>17.810</b>					
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>5.432</b>		<b>5.981</b>					
Edificações		8.865		8.865					
Instalações		6		138					
Móveis e Equipamentos		876		917					
Sistema de Comunicação		33		46					
Equipamento de Processamento de Dados		1.976		1.574					
Depreciações Acumuladas		6.324		(5.559)					
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>10.545</b>		<b>11.828</b>					
Licença de Uso de Software		14.025		12.560					
Licença de Uso de Software em andamento		172		1.384					
Amortização Acumulada		(3.652)		(2.115)					
<b>Total</b>		<b>565.374</b>		<b>564.138</b>					

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

continua

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2017				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2017			
NE	Segundo semestre		Exercício findo em 31 de dezembro		Segundo semestre/2017	Exercícios findos em	
	2017	2017	2016	31 de dezembro 2017		31 de dezembro 2016	
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>	<b>24.651</b>	<b>62.623</b>	<b>67.349</b>		<b>8.120</b>	<b>12.478</b>	<b>10.082</b>
Receita de Operações de Crédito	14.a	9.580	18.763	20.887			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	14.a	15.071	43.860	46.462			
<b>Despesas de Intermediação Financeira</b>	<b>(1.589)</b>	<b>(8.010)</b>	<b>(21.396)</b>				
Despesa de Captação – Finame / BNDES		(1.589)	(4.473)	(5.318)			
Provisão para Operações de Crédito		-	(5.537)	(16.078)			
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>23.062</b>	<b>54.613</b>	<b>45.953</b>				
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>	<b>(11.904)</b>	<b>(22.937)</b>	<b>(19.707)</b>				
Receita de Prestação de Serviços	14.b	7.165	15.680	15.743			
Despesa de Pessoal	14.c	(12.889)	(27.174)	(29.497)			
Outras Despesas Administrativas	14.d	(5.964)	(9.434)	(9.208)			
Despesas Tributárias	14.e	(1.508)	(3.843)	(4.142)			
Outras Receitas Operacionais		1.766	2.337	7.528			
Outras Despesas Operacionais		(474)	(503)	(131)			
<b>Resultado Operacional</b>	<b>11.158</b>	<b>31.676</b>	<b>26.246</b>				
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>15</b>	<b>(5.679)</b>	<b>9</b>				
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>11.173</b>	<b>25.997</b>	<b>26.255</b>				
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(2.621)</b>	<b>(13.087)</b>	<b>(15.691)</b>				
Provisão para Imposto de Renda		(1.441)	(7.176)	(8.695)			
Provisão para Contribuições Social S/ o Lucro		(1.180)	(5.911)	(6.996)			
<b>Participações Estatutárias no Lucro</b>	<b>(432)</b>	<b>(432)</b>	<b>(482)</b>				
<b>Lucro Líquido do Semestre/Exercício</b>	<b>8.120</b>	<b>12.478</b>	<b>10.082</b>				
Juros s/Capital Próprio		(10.000)	(10.000)	(9.000)			
por ação do capital social		0,05	0,07	0,05			

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Exercícios findos em	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
<b>Lucro Líquido</b>	<b>8.120</b>	<b>10.082</b>
Ajustado por:		
Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	5.710
Depreciações e Amortizações	1.281	2.641
Provisão para Perdas c/Operações de Crédito	-	(3.526)
Reversão de Provisão c/Operações de Crédito	(984)	-
Provisão Passivo Contingente	30	30
Reversão de Provisão Passivo Contingente	-	-
Provisão Adicional	-	(790)
Ajuste Efeito Líquido JCP	(5.500)	(5.500)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>2.947</b>	<b>11.833</b>
<b>Varição de Ativos e Obrigações</b>	<b>(8.803)</b>	<b>(7.407)</b>
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(1.087)	674
Redução (aumento) em Operações de Crédito	701	1.255
Redução (aumento) em Outros Créditos	(5.657)	(8.018)
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	108	877
(Redução) aumento em Outras Obrigações	(3.525)	(1.371)
Ajuste de exercícios anteriores	657	(824)
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>(5.856)</b>	<b>4.426</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(584)	(832)
Baixa de Imobilizados	13	21
<b>Caixa Líquido Aplicado Atividades de Investimentos</b>	<b>(571)</b>	<b>(811)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	(2.534)	(12.577)
Aumento de Capital com Renúncia de Dividendos– JCP	9.000	9.000
<b>Caixa Líquido Proveniente Atividades de Financiamento</b>	<b>6.466</b>	<b>(3.577)</b>
<b>Aumento (Redução) do Caixa ou Equivalente a Caixa</b>	<b>39</b>	<b>38</b>
<b>Modificação do Caixa ou Equivalente a Caixa</b>		
Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	4	5
Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	43	43
<b>Aumento (Redução) Caixa ou Equivalente a Caixa</b>	<b>39</b>	<b>38</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2017**

Contas Especificações	Capital Social		Reservas de Lucros		Resultados Acumulados	
	Capital	Legal	Outras	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais	
<b>SALDOS EM 30/JUN/17</b>	<b>439.063</b>	<b>1.916</b>	<b>5.039</b>	<b>2.732</b>	<b>448.750</b>	
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	657	657	
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	
Aumento de Capital com Reservas	5.039	-	(5.039)	-	-	
Aumento com Renúncia de Dividendos/JCP	9.000	-	-	-	9.000	
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	8.120	8.120	
Destinações	-	-	-	-	-	
Constituição de Reservas	-	163	5.846	(6.009)	-	
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	-	-	-	(5.500)	(5.500)	
<b>SALDOS EM 31/DEZ/2017</b>	<b>453.102</b>	<b>2.079</b>	<b>5.846</b>	<b>-</b>	<b>461.027</b>	
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>14.039</b>	<b>163</b>	<b>807</b>	<b>(2.732)</b>	<b>12.277</b>	
<b>SALDOS EM 31/DEZ/15</b>	<b>433.234</b>	<b>1.506</b>	<b>3.729</b>	<b>-</b>	<b>438.469</b>	
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	172	172	
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	
Aumento de Capital com Reservas	3.729	-	(3.729)	-	-	
Aumento de Capital por Subscrição	2.100	-	-	-	2.100	
Aumento com Renúncia Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	10.082	10.082	
Destinações	-	-	-	-	-	
Constituição de Reservas	-	265	5.039	(5.304)	-	
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	-	-	-	(4.950)	(4.950)	
<b>SALDOS EM 31/DEZ/16</b>	<b>439.063</b>	<b>1.771</b>	<b>5.039</b>	<b>-</b>	<b>445.873</b>	
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>5.829</b>	<b>265</b>	<b>1.310</b>	<b>-</b>	<b>7.404</b>	
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	(824)	(824)	
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	
Aumento de Capital com Reservas	5.039	-	(5.039)	-	-	
Aumento de Capital por Subscrição	-	-	-	-	-	
Aumento com Renúncia de Dividendos/JCP	9.000	-	-	-	9.000	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	12.478	12.478	
Destinações	-	-	-	-	-	
Constituição de Reservas	-	308	5.846	(6.154)	-	
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	-	-	-	(5.500)	(5.500)	
<b>SALDOS EM 31/DEZ/2017</b>	<b>453.102</b>	<b>2.079</b>	<b>5.846</b>	<b>-</b>	<b>461.027</b>	
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>14.039</b>	<b>308</b>	<b>807</b>	<b>-</b>	<b>15.154</b>	

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em reais mil)**

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**  
 A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.  
 As operações da AgeRio são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações editadas pelo Banco Central do Brasil. Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.  
 A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.  
 Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e da Financiadora de Estudos e Pesquisa - FINEP de acordo com o programa INOVACRED, a AgeRio atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses - FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores - FEMPO. Apóia, também, investimentos no Estado através da participação acionária direta e indireta.  
**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2.1 Declaração de conformidade**  
 As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).  
 A Diretoria da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 02 de março de 2018.  
**2.2 Base de mensuração**  
 As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de instrumentos financeiros não derivativos.  
**2.3 Moeda funcional**  
 A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis estão apresentadas nesta moeda, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.  
**NOTA 3 - ALTERAÇÕES NA LEI DAS S.A. (LEI Nº 6.404)**  
 A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou/revisou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2013, sendo que os recepcionados pelo Banco Central do Brasil foram:

Com exceção dos pronunciamentos relativos à Redução ao Valor Recuperável de Ativos, Pagamento Baseado em Ações e Benefícios a Empregados, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Contábeis da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos.  
**NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
 Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:  
**a) Apresentação do Resultado**  
 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. O regime de apuração do resultado é o de competência, o qual estabelece que receitas e despesas devam ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.  
**b) Estimativas contábeis**  
 Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as Demonstrações Contábeis da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para passivos contingentes e às Provisões para Perdas com Operações de Créditos, sendo estas últimas calculadas conforme normas específicas do Banco Central e provisões adicionais, em montantes definidos pela administração com base em eventos que possam ocorrer no futuro e que venham a comprometer a liquidez da carteira de crédito. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.  
**c) Caixa e equivalentes de caixa**  
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN incluem caixa e depósitos bancários.  
**d) Títulos e Valores Mobiliários**  
 São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. A Circular n.º 3.068/01 – BACEN que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às agências de fomento. A AgeRio vem adquirindo participações em Fundos de empresas Emergentes no setor de biotecnologia e tecnologia da Informação, tendo em vista seus objetivos estatutários e sociais, cujo reconhecimento dos rendimentos auferidos é em contrapartida ao resultado.  
**e) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito**  
**e.1) Operações de crédito**  
 As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.  
**e.2) Provisão para perdas em operações de crédito**  
 A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito no item “C” da nota de número 6.  
**e.3) Renegociação**  
 As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível “H”. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.  
**f) Outros Valores e Bens**  
 Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrerem em exercícios futuros.  
**g) Ativo Permanente**  
 O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação/amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo de contrato de cessão de uso.  
 O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares para: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de Dados e Gestão Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de prestação de serviço com as empresas fornecedoras e por gastos com pessoal, alocados na implantação dos respectivos sistemas.  
**h) Demais ativos e passivos**  
 São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.  
**i) Avaliação do valor recuperável (Impairment)**  
 Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade como determinado pelas normas contábeis vigentes.  
**j) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
 A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.  
 A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% nos termos da legislação fiscal em vigor, tendo como base a Instrução Normativa da RFB nº 1591 de 05 de novembro de 2015.  
**k) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS**  
 As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.  
**l) Passivos contingentes**  
 Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 12 – “c2”.  
 A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.  
**NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
 A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, conforme quadro abaixo:

Títulos e Valores Mobiliários	2017	2016	
<b>I - Curto Prazo</b>	<b>270.462</b>	<b>289.853</b>	
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	270.462	289.853	
<b>II - Longo Prazo</b>	<b>113.621</b>	<b>94.903</b>	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	88.216	80.376	
Cotas de Fundos em Participações (ii)	25.405	4.082	
Cotas de Fundos em Empresas (ii)	-	10.445	
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>384.083</b>	<b>384.756</b>	
(I) As Cotas do Fundo de Investimentos são custodiadas pelo Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal. O Fundo exclusivo no Banco Bradesco destina-se exclusivamente aos poderes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, suas autarquias e empresas controladas (sociedades de economia mista), sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Quanto a aplicação na Caixa Econômica Federal é feita em fundo também exclusivo e sua carteira é composta integralmente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços. (II) As aplicações em cotas de Fundos em Participações totalizam R\$ 25.405 mil em 2017 (R\$ 14.527 mil em 2016), são investimentos que visam atender o objeto social da AgeRio, sendo mais uma das modalidades de apoio financeiro para as empresas do Estado do Rio de Janeiro. A Instrução nº 589, de 18 de agosto de 2017, emitida pela CVM, consolidou em um único tipo de Fundo (FIP - Fundo de Investimento em Participações) diversas categorias de Fundos anteriormente existentes, vide composição a seguir.			
<b>Fundo</b>	<b>Capital Subscrito</b>	<b>Capital Integralizado</b>	<b>Valor Atualizado/Contábil</b>
BBI	10.000	7.880	14.168
Performa	-	-	-
Key	5.000	3.872	3.742
NascenTI	2.000	1.971	2.089
Funcine	2.000	2.000	1.960
Br Startups	3.000	3.000	3.205
FGI	45	45	64
FGO	140	140	178
<b>Total</b>	<b>22.185</b>	<b>18.908</b>	<b>25.406</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.  
**NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
 Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AGE RIO são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador e a operação.

**a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco:**

Classificação de Risco	Total das Operações 2017	Provisão %	Valor da Provisão Resolução nº 2682/99	Provisão Adicional	Valor da Provisão 2017 Resolução nº 2682/99 + Adicional	Total das Operações 2016	Valor da Provisão 2016
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	9.317	0,5	47	-	47	21.493	107
B	55.916	1	559	50	609	52.198	522
C	54.502	3	1.635	1.382	3.017	49.352	1.481
D	4.574	10	457	13	470	17.899	4.583
E	1	30	-	-	-	3.631	4.111
F	17.821	50	8.911	2.112	11.023	11.850	8.173
G	11.808	70	8.265	177	8.442	24	6.552
H	7.217	100	7.217	-	7.217	5.963	8.822
<b>TOTAL</b>	<b>161.156</b>		<b>27.091</b>	<b>3.734</b>	<b>30.825</b>	<b>162.410</b>	<b>34.351</b>

**b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	2017	2016
Saldo no início do período	34.351	26.243
Constituição da provisão	17.281	9.673
Constituição da provisão adicional	3.734	6.406
Reversão de provisão	(19.004)	(7.195)
Créditos baixados para Prejuízo	(5.537)	(7.776)
Saldo no fim do período	<b>30.825</b>	<b>34.351</b>

A provisão para perdas com operações de crédito, efetuada sob base nos percentuais mínimos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil, foi complementada por uma provisão adicional no valor de R\$ 3.734 mil (R\$ 6.406 mil em 2016) em conformidade com a Política de Gerenciamento de Risco de Crédito da Instituição.

A provisão adicional tem caráter prudencial e constitui reserva técnica para perdas decorrente da conjuntura econômica atual com reflexos na geração de caixa das empresas nos próximos anos. Essa medida leva em conta a análise de revisão de risco, o histórico de pagamentos, o nível de concentração dos clientes e a característica de longo prazo das operações de crédito da carteira da AGERIO. Essa verificação é atualizada a cada seis meses.

**c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimento:**

Curto Prazo	2017	2016
Setor Privado	38.793	44.975
Recursos Próprios	19.268	23.353
Repasses	19.525	21.622
Setor Público	4.751	3.914
Recursos Próprios	4.553	3.717
Repasses	198	197
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.189)	(6.642)
Saldo Final do Período	<b>36.355</b>	<b>42.247</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Setor Privado	100.421	96.440
Recursos Próprios	53.266	35.230
Repasses	47.155	61.210
Setor Público	17.191	17.081
Recursos Próprios	16.881	16.581
Repasses	310	500
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(23.636)	(27.709)
Saldo Final do Período	<b>93.976</b>	<b>85.812</b>

A provisão informada refere-se a provisão regulamentar conforme Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil somada no longo prazo com a provisão adicional.

**d) Classificação da carteira por vencimento parcelas.**

	2017	2016
<b>Vencidas</b>	<b>1.631</b>	<b>3.391</b>
Até 60 dias	1.065	1.283
De 60 dias a 180 dias	218	912
Acima de 180 dias	348	1.196
<b>Vincendas</b>	<b>159.525</b>	<b>159.019</b>
Até 180 dias	21.687	22.088
De 181 a 360 dias	20.241	23.410
Acima de 360 dias	117.597	113.521

**e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade em 31 de dezembro de 2017.**

Setor de atividade	2017	2016
Administração pública	21.942	20.996
Alimentos e Bebidas	17.215	16.089
Comércio	22.653	17.784
Construção e Imobiliário	7.673	8.069
Educação, Saúde e outros	19.651	9.951
Máquinas e equipamentos	3.747	5.024
Mineração	-	10.108
Químico e Petroquímico	3.610	8.048
Serviços Privados	30.541	16.352
Telecomunicações	14.786	17.355
Outros	19.338	12.237
<b>Total</b>	<b>161.156</b>	<b>162.410</b>

**Impostos e Contribuições a Compensar**

	2017	2016
Adiantamentos e Antecipações	1637	389
Devedores por depósito em garantia	195	126
Conta transitória de financiamento	526	526
Diversos	7.330	602
<b>Total</b>	<b>173</b>	<b>200</b>

O valor de R\$ 7.330 mil da Conta Transitória de Financiamento refere-se a recebimentos de clientes ainda pendentes de integração do arquivo bancário para baixa da conta transitória, em contrapartida à conta de bancos. São operações com recursos provenientes do FUNDES, recebidos pela AgeRio e que serão repassados ao Fundo.

**NOTA 8 - BENS NÃO DE USO PRÓPRIO**

	2017	2016
Bens não de uso próprio	28.734	29.517
Impairment de Bens não de Uso	(5.710)	-

O valor de R\$ 28.734 mil refere-se a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e dação em pagamento na recuperação de prejuízo. Foi realizada avaliação externa dos bens conforme determinação do Banco Central do Brasil e normas contábeis vigentes que resultou em R\$ (5.710).

**NOTA 9 - IMOBILIZADO DE USO**

BENS	Taxa de Depreciação em 2017	Saldo em 2017	Adições	Baixas	Saldo em 2016
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>5.432</b>	-	-	<b>5.981</b>
Custo de aquisição		11.756	578	(362)	11.540
Edificações	8%	8.865	-	-	8.865
Instalações	10%	6	-	(133)	138
Móveis e Equipamentos	10%	876	12	(53)	917
Sistemas de Comunicação	10%	33	-	(13)	46
Equip. de Proc. de Dados	20%	1.976	566	(164)	1.574
<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>(6.324)</b>	<b>(1.104)</b>	<b>339</b>	<b>(5.559)</b>

\* Conforme Art. 311 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999 - Decreto 3000/99, Item I, tendo em vista que corresponde a bem adquirido usado, a taxa de depreciação fixada corresponde à metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo.

Em 31 de dezembro de 2017, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado em montantes considerados suficientes pela administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

Em 31 de dezembro de 2017, a administração realizou a avaliação dos ativos classificados nas rubricas Edificações, Instalações, Móveis e Equipamentos e Equipamentos de Processamento de Dados. A avaliação interna foi feita por técnicos do setor de engenharia da AgeRio. O resultado do teste de recuperabilidade apontou perda no valor de R\$ 15.745 (quinze mil, setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos), relacionada apenas aos bens móveis. O ajuste foi reconhecido nos registros contábeis.

**NOTA 10 – INTANGÍVEL**

BENS	Saldo em 2017	Adições	Transfe-rência	Saldo em 2016
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>	<b>10.545</b>	-	-	<b>11.829</b>
<b>Licenças Antes de 01/10/2013</b>	<b>126</b>	-	-	<b>126</b>
Licença Uso Software – Informática	126	-	-	126
<b>Licenças A Partir de 01/10/2013</b>	<b>14.071</b>	<b>254</b>	-	<b>13.818</b>
Licença Uso Software – Temporário (I)	1.313	-	-	1.313
Licença Uso Software – Permanente (II)	12.586	82	1.384	11.121
(III)	172	172	(1.384)	1.384
<b>Amortização Acumulada</b>	<b>(3.652)</b>	<b>(1.537)</b>	-	<b>(2.115)</b>

(I) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Temporário" é composta pelo custo com a aquisição do software Gestão de Pessoas, por período determinado.

(II) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Permanente" é composta pelos custos com a aquisição dos softwares ERP - Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de 2015 e concluída em 2017. Ficando, tão somente, pendente de implantação o item (iii) abaixo. Os softwares estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil de 10 anos, conforme estudo técnico realizado pela área de tecnologia.

(III) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Em Andamento" é composta pelo custo com a aquisição de parte do software Gestão do Sistema de Crédito, pendente de homologação.

**NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

a) As obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma:

	2017	2016
<b>CURTO PRAZO</b>	<b>23.819</b>	<b>23.612</b>
BNDES	10.840	10.202
Finame	5.184	6.404
FINEP	7.795	6.970
<b>LONGO PRAZO</b>	<b>52.218</b>	<b>65.002</b>
BNDES	21.312	30.055
Finame	5.683	12.188
FINEP	25.223	22.759

As obrigações por empréstimos e repasses são compostas basicamente de recursos captados nas instituições oficiais - BNDES, FINAME e FINEP. A taxa média de juros aplicada nas operações é de 0,8%, acrescida das variações dos indexadores como TJLP, SELIC, CEI e cesta de Moeda.

**b) Composição das obrigações por empréstimos e repasses por data de vencimento:**

	2017	2016
Até 180 dias	12.113	11.848
De 181 a 360 dias	11.706	11.764
Acima de 360 dias	52.218	65.002
<b>Vincendas</b>	<b>76.037</b>	<b>88.614</b>

**NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**a) Sociais e Extratributárias**

Dividendos e JCP	2017	2016
Dividendos - Governo do Estado do RJ (I)	1.462	1.260
JCP - Governo do Estado do RJ (II)	8.538	7.740
<b>Total</b>	<b>10.000</b>	<b>9.000</b>

(I) O valor de Dividendos provisionado em dezembro de 2016 (R\$ 1.260) foi integralmente incorporado ao capital social da empresa, conforme decisão proferida na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01 de junho de 2017 e ata registrada na JUCERJA em 05/12/2017.

(II) Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados e provisionados com observância dos procedimentos fundamentados no art. nº 347 do RIR/1999, nos artigos nºs 29 e 30 da Instrução Normativa nº 11/1996, na Instrução Normativa SRF nº 93/1997, no artigo nº 69, da Instrução Normativa SRF nº 390/2004 e no artigo 28 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.515, de 24 de novembro de 2014.

O valor de JCP provisionado em dezembro de 2016 (R\$ 7.740) foi integralmente incorporado ao capital social da empresa, conforme decisão proferida na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01 de junho de 2017 e ata registrada na JUCERJA em 05/12/2017.

Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o art. nº 202 da Lei das Sociedades por Ações (nº 6.404/1976), sem prejuízo da incidência do imposto de renda retido na fonte. A política de pagamento está definida em Deliberação do Conselho de Administração, ratificada e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas em 30/10/2008, como forma de reduzir os impactos tributários.

Para efeito de publicação das demonstrações contábeis, os Juros sobre o Capital Próprio são ajustados mediante reclassificação para Lucros ou Prejuízos Acumulados, de modo que seus efeitos, inclusive os tributários, sejam eliminados do resultado, de acordo com a Circular nº 2.739 do Banco Central do Brasil.

Os efeitos nas demonstrações estão apresentados a seguir:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	12.480	10.082
(-) Juros sobre o Capital Próprio	10.000	9.000
(+) Economia tributária	4.500	4.050
Lucro Líquido com o Pagamento do JCP	6.980	5.132

**b) Fiscais e previdenciárias**

	2017	2016
Impostos e Contribuições a recolher sobre faturamento	252	392
Impostos e Contribuições s/Lucro (IRPJ + CSLL)	3.282	7.017
Impostos e Contribuições s/ serviço de terceiros	37	46
Impostos e Contribuições s/ salários	1.206	1.247
<b>Total</b>	<b>4.777</b>	<b>8.703</b>

**c) Diversas**

**c.1) Provisões Para Pagamentos a Efetuar**

	2017	2016
Provisão Para Despesas de Pessoal	3.583	4.143
Outras Despesas Administrativas	449	171
Outros Pagamentos	43	13
<b>Total</b>	<b>4.075</b>	<b>4.327</b>

**c.2) Provisão Para Passivos Contingentes**

	2017	2016
FGI – Honra recebida	158	164
Passivos Trabalhistas	197	196
Contingências Cíveis	8	-
<b>Total</b>	<b>363</b>	<b>360</b>

Consta provisionado no passivo da AgeRio os valores de R\$ 363 mil em 2017 e R\$ 360 mil em 2016.

A provisão para o FGI representa o valor das honras recebidas do referido fundo garantidor para cobertura de perdas com operações de crédito. O valor deve permanecer provisionado até que se esgotem todas as medidas administrativas e judiciais de cobrança.

A necessidade de Provisão de Contingências de natureza trabalhistas de R\$ 197 mil em 2017, foi avaliada conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com ações judiciais classificadas como perdas prováveis, com base na metodologia interna da Diretoria Jurídica da AgeRio.

A AgeRio configura em processos classificados como de Perda Possível, na esfera trabalhista e civil e tendo em vista o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, homologado pela Resolução nº 3.823/09, a AgeRio estima o montante de R\$ 3.098 mil. No exercício de 2016, o valor estimado era de R\$ 3.643 mil.

**c.3) Credores no País**

	2017	2016
Recursos do Fundo UPP	50	1.595
Repasses - FUNDES / FREMF	7.874	4.574
Diversos	845	1.092
<b>Total</b>	<b>8.769</b>	<b>7.261</b>

Os valores registrados na rubrica de Credores no País, referem-se quase que em sua totalidade aos montantes recebidos pela AgeRio de financiados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e do Fundo de Recuperação dos Municípios Fluminenses – FREMF para posterior repasse aos respectivos fundos e para o Fundo de Microcrédito para Empreendedores das Comunidades Pacificadas do Rio de Janeiro – Fundo UPP. Na composição dessa rubrica são registrados também os recursos recebidos pela AgeRio para posterior repasse.

	2017	2016
<b>Total Diversas</b>	<b>13.207</b>	<b>11.948</b>

**NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$ 453.101 mil (quatrocentos e cinquenta e três milhões e cento e um mil) (R\$ 439.063 mil em 2016), representado por ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro	170.866.736
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	13.653
<b>Total</b>	<b>170.880.389</b>

Abaixo demonstramos a evolução do Capital Social:

Descrição	Valor (R\$ mil)
Capital Social no início do exercício (01/01/2016)	439.063
Aumento de Capital – com reservas do exercício 2016	5.038
Aumento de Capital por renúncia de dividendos/JCP - exercício 2016	9.000
Total do Capital Social em 31 de dezembro de 2017	453.101

**b) Reserva de Lucros.**

A Reserva Legal é constituída no percentual 5% do lucro líquido e limitada a 20% do valor do capital social. As outras Reservas de Lucros representam os lucros remanescentes após a constituição da reserva legal e são utilizadas para aumento de capital conforme deliberação dos acionistas.

**NOTA 14 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO**

**a) Receita com a Intermediação Financeira**

	2017	2016
Receita com Operações de Crédito	18.763	20.887
Receita com Títulos Públicos Federais	7.840	10.975
Receita com Fundos Exclusivos	26.150	36.519
Resultado com Fundos em Empresas e Participações	9.870	(1.032)
<b>Total</b>	<b>62.623</b>	<b>67.349</b>

**b) Receita com a Prestação de Serviços**

	2017	2016
Receita com a Administração de Fundos Estaduais	14.946	14.777
Receita com Tarifas	734	966
<b>Total</b>	<b>15.680</b>	<b>15.743</b>

**c) Despesa de Pessoal**

	2017	2016
Proventos	15.534	17.152
Encargos Sociais	5.371	6.145
Honorários de diretores e conselheiros	1.714	1.884
Benefícios	3.960	3.668
Trainamentos	251	226
Estagiários	343	422
<b>Total</b>	<b>27.173</b>	<b>29.497</b>

**d) Outras Despesas Administrativas**

	2017	2016
--	------	------

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**AOS ADMINISTRADORES DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGERIO RIO DE JANEIRO - RJ**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis do Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro - AGERIO que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro - AGERIO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração, das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2018

MACIEL AUDITORES S/S

2 CRC/RS 5.460/O-0 T SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

Contador 1 CRC/RS 71.505/O-3 T SP "S" RJ

Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS

Contador 1 CRC/RS 059.628/O-2 "S" RJ

Sócio Responsável Técnico